

A revitalização da esfera pública habermasiana pela comunicação ciberespacial

Juçara Gorski Brittes*

Índice

1	Introdução	1
2	O modelo de esfera pública habermasiano	2
3	Revitalização do modelo habermasiano de esfera pública	6
3.1	Plataformas Comunicativas Multimidiáticas Ciberespaciais (PCMC)	6
3.2	Morfologia das PCMC	6
3.2.1	Habilidades	7
3.3	Formatos	9
3.4	Acessos	11
4	Conclusão	11
5	Referências Bibliográficas	13

Resumo

O texto analisa as possibilidades de revitalização do modelo crítico de esfera pública proposto por Jürgen Habermas a partir do surgimento de Plataformas Comunicativas Multimidiáticas Ciberespaciais (PCMC), pelas quais surgem formatos inéditos de

*Jornalista; Mestre em ciências da comunicação pela Umesp; doutora em ciências da comunicação pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo; professora do Curso de Ciências da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

jornalismo e outros fóruns de debate público. Por este recurso a sociedade civil passa a contar com espaços de formação de opinião menos submissos às fórmulas e políticas adotadas pelos meios massivos convencionais.

Palavras-chave: esfera pública; jornalismo ciberespacial; políticas de comunicação.

1 Introdução

A análise do modelo de comunicação possibilitado pela rede mundial de computadores nos permite defender a revitalização do projeto habermasiano¹ de uma esfera pública autônoma, edificada por meio da troca pública de opiniões, alimentada por uma racionalidade comunicativa. Essa afirmação comprova-se pela análise empírica dos formatos midiáticos encontrados na Internet, cuja categorização nos levou a verificar que a sociedade civil conta, agora, não apenas com os Meios de Comunicação de Massa (MCM), mas, também, com Plata-

¹ Tomamos por base a tese de Habermas, *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (HABERMAS, 1984) e revisões, entre elas o prefácio à 17ª. edição da obra, mais precisamente a tradução em português publicada em 1999 (HABERMAS, 1999).

formas Comunicativas Multimidiáticas Ciberespaciais (PCMC)². As habilidades inerentes ao meio digital (como sincronia, hipertextualidade, entre outras) propiciam o surgimento de competências comunicativas que favorecem um processo de construção de opinião, minimizando interferências.

Constatamos que as PCMC abrigam desde fóruns de debate público, como exemplificam as listas de discussão, até formatos inéditos de jornalismo, como o colaborativo, os quais subvertem processos excludentes, próprios dos MCM. Assim, a sociedade civil passa a dispor de forte aliada para conhecer e dar a conhecer as subjetividades de seus integrantes, pois os fluxos informativos, que no sistema massivo são unidirecionais, no ciberespaço projetam-se em todas as direções. Muitas outras características da comunicação massiva se alteram, entre elas o papel dos atores. Ao utilizarem as PCMC, tornam-se, ao mesmo tempo, produtores e consumidores de informações. Estas, encontradas em abundância, e representando distintas vertentes de pensamento, podem ser colhidas das próprias fontes com as quais é possível dialogar.

² Em tese de doutorado (BRITTES, 2003) a autora defende que no modo de comunicação ciberespacial não existem Meios de Comunicação de Massa (MCM), mas Plataformas Comunicativas Multimidiáticas Ciberespaciais, abrangendo mais do que veículos de comunicação, mas espaços complexos de troca de opiniões, com habilidades tanto para o convívio entre os usuários quanto para o surgimento de formatos inéditos de jornalismo.

2 O modelo de esfera pública habermasiano

Habermas define a esfera pública como um espaço de livre acesso, onde os cidadãos se encontram para debater e, racionalmente³, desenvolver argumentos sobre questões da vida comum (HABERMAS, 1984). Este modelo de esfera pública é estilizado no processo de formação de opinião desenvolvido por uma das categorias da sociedade europeia dos séculos XVIII e XIX, a então recente burguesia letrada. Reconhece, como espírito desta categoria, a argumentação que se entabula, sob a mediação da imprensa literária, a partir de debates em locais de convívio público. Ele estiliza seu modelo, mas não o petrifica na burguesia. Esta categoria contava com fóruns de debate, materializados nos ambientes de encontro público: cafés e salões de leitura, entre outros lugares. Neles debatiam os temas veiculados em uma jovem imprensa, de opinião, literária.

A construção de uma opinião pública, livre de constrangimentos, é o próprio motivo da existência da esfera pública habermasiana. Corresponde à tarefa que lhe é atribuída, qual seja a de amalgamar condições para que se forme, em instâncias não governamentais, uma opinião crítica sobre esta e sobre a vida, de modo geral, dando, assim, nascimento à chamada sociedade civil. A história da opinião pública confunde-se com a história da

³ O uso público da razão, em certa medida, é uma das prerrogativas que o direito à comunicação visa garantir, desde que esta racionalidade seja tomada como o debate em igualdade de condições, o que uma imprensa democrática estaria incumbida de estimular. Ele está assentado na argumentação pública, livre de constrangimentos. A temática é desenvolvida em várias outras contribuições do autor, citadas nas referências bibliográficas (1988, 1989, 2002).

esfera pública, a qual vai acompanhar os significados alocados às expressões público e privado, em diferentes momentos.

Habermas irá referir-se à *Ágora grega* para mostrar como evoluem esses conceitos. É a praça pública, um lugar concreto onde os cidadãos se encontram para debater as questões relativas ao governo e à cidade. A representação pública aqui está toda centrada na figura do senhor. O que vamos encontrar em tais sociedades é uma situação em que todas as relações de dominação estão centradas na casa do senhor.

Não havia uma noção de poder público, como mais tarde passam a ser chamadas as instâncias de representação da sociedade civil no Estado-nação, pois o poder para governar estava ligado a atributos pessoais que derivavam da propriedade da terra ou da linhagem aristocrática. Logo, a esfera pública imbuída de uma crítica ao Estado, vai aparecer concomitante ao surgimento do Estado, com a mudança estrutural que sofrerá na continuação.

É em torno do século XVIII que as autoridades feudais (igrejas, príncipes, nobreza) se dividem em elementos públicos e privados. E as relações de dependência que se confinavam ao âmbito da economia doméstica ultrapassam este limiar. É a passagem da economia orientada pelo oikos (a casa, a esfera privada) para a definida pelo mercado. O poder da nobreza passará para órgãos da autoridade pública - parlamento e instituições legais. Neste âmbito o público será o Estado. Na passagem da economia transmitida pela antiguidade para a economia política espelham-se as mudanças nas relações sociais, explica Habermas (1984). A sociedade civil burguesa vai surgir como contrapeso à nova autoridade, e passará a empres-

tar um outro significado à expressão público. Será a camada da população fora do Estado, que não corresponde às instâncias do poder administrativo.

Este público vai-se alargando, junto com o surgimento do moderno aparelho de Estado, ao qual se liga a, então emergente, camada de burgueses e assume a posição central de público. Até então, o sentido da palavra ligase à esfera do poder público, aquilo que é estatal, ou seja, que se objetiva na administração permanente. E, se sai do âmbito da monarquia, onde há uma corte e uma pessoa investida de autoridade, passa a representar o funcionamento regulamentado de um aparelho munido de monopólio da utilização da força. (HABERMAS, 1984)

O jornalismo tem papel preponderante neste processo. Advertimos que a circulação de informações vai ocorrer, de modo sistemático e diário, em meados do século XVII, quando a imprensa deixa de ser unicamente um serviço privado, ou seja, troca de informações privadas entre comerciantes, e passa a ser útil ao poder administrativo.

Habermas denuncia a passagem de uma esfera pública crítica, para uma esfera pública estratégica⁴ quando, entre outros fatores, a imprensa deixa de expressar a opinião pública, para agendar o público de acordo com interesses alheios aos seus. Para sobreviver, nessas condições, é preciso o recurso a ações estratégicas. Logo, há uma mudança estrutural da esfera pública.

Conforme Thompson (THOMPSON,

⁴ Na tese já referida, defendida nos anos 60, Habermas se refere a uma refeudalização da esfera pública. A expressão estratégica surge em textos posteriores, a partir dos debates que se instauraram em torno de sua tese, e define o modelo praticado, não o modelo idealizado.

2001) Habermas tenta mostrar que a discussão crítica estimulada pela imprensa periódica teve um impacto transformador sobre as formas institucionais dos Estados modernos. Ao ser constantemente chamado diante de um fórum público, o Parlamento se tornou cada vez mais aberto ao escrutínio, finalmente abandonando o direito de evitar a publicação de seus procedimentos. Na passagem de um momento para outro, o conceito de opinião pública deixa de ser o conceito iluminista (uma opinião formada pela razão). Designa uma massa segmentada de opinião privada onde se expressam interesses divididos, conflitantes – trata-se do conceito adotado pelos grandes institutos de pesquisa. O ideal burguês da opinião entra em crise, consagrado pelo sufrágio universal que expõe o pensamento liberal decidido a anular os ideais democráticos firmados um século antes. O que Habermas critica, e cita John Stuart Mill e Alexis de Tocqueville, é que a imprensa tenha-se convertido no império de uma opinião pública que não é pública, mas o império dos muitos e dos medíocres, uma coerção à conformidade. A esfera pública dominada pelas pesquisas de opinião, faz com que [...] *nos Estados Unidos a maioria assuma a tarefa de servir ao indivíduo uma porção de opiniões prontas, tirando-lhe, com isso, a obrigação de formar uma opinião para si mesmo[...]*. (MILL, Ueber die Freiheit, ed. Pickford, Frankfurt, 1860, p.92 apud HABERMAS, 1984, p. 159-160). Logo, é a imprensa que se desqualifica enquanto suporte material da esfera pública, levando a uma série de modificações, pelas quais deixa de ser um dos mais importantes elementos do processo de formação da opinião pública.

Habermas quer demonstrar que as fun-

ções críticas da esfera pública se debilitaram através de suas transformações estruturais. O consumo e os meios de comunicação de massa, a expansão do estado em sociedades industriais avançadas, constituíram alguns dos elementos que conspiraram para debilitar a esfera pública contemporânea, provocando o que Habermas chama de refeudalização da esfera pública. (JOVCHELOVITCH, 2000)

As esferas onde o modelo racional-comunicativo não pode ser aplicado também são públicas. Mas seguem outro modelo, o estratégico. O são devido ao processo pelo qual elaboram seu "poder político". É o mesmo que conduz o modelo de democracia liberal: a barganha, a troca, a negociação. Aqui a imprensa deixa de ser uma aliada irrestrita para manter uma relação de constante tensão entre os interesses, de um lado, do poder administrativo e seu círculo de influências; de outro uma sociedade civil que precisa mobilizar cenas espetaculares, ou abrir mão de sua racionalidade comunicativa para alcançar a visibilidade necessária à sua existência. Esta foi a mudança estrutural anunciada pelo filósofo.

Outro ponto a ser esclarecido são as críticas a respeito "das ausências" na esfera pública burguesa. O exemplo não pretendeu abarcar a totalidade social daquela época. Descreveu como uma categoria pode, por meio do debate, expressar o desejo dela própria junto ao poder administrativo. As exclusões estão implícitas a um sistema sócio-econômico e não é isso que Habermas quer resolver com a esfera pública. Ela é uma etapa. Ele proporá, na continuidade de seu programa de estudos, a Teoria da Ação Comunicativa (HABERMAS, 1988; 1989) como um modo de a sociedade alcançar sua

maioridade, sua emancipação, tema do qual não nos ocupamos neste trabalho.

O fato de estar regida por um modelo específico de democracia⁵ traz conseqüências para a esfera pública, para seus atores, para o cidadão, para a concepção que se tem de direito. Sérgio Costa (COSTA, 1995) precisa que a esfera pública teórico-discursiva (que para Habermas seria aquela estimulada pela democracia republicana) vai atribuir características aos atores da sociedade civil e mostrar bem a diferença deste modelo em relação ao que chama funcionalista (atribuído a uma democracia liberal). São elas:

Conteúdo: a esfera pública teórico-discursiva tematiza situações-problema emergentes na vida cotidiana, que têm

⁵ Em "Três Modelos de Democracia" e "Efetividade e Validade", Habermas (HABERMAS, 1995) vai propor uma saída para o impasse teórico que revela o conflito entre o poder gerado pela ética do discurso e o poder administrativo, visto que só o último pode efetivar uma decisão. Ao discutir com os norte-americanos o modelo de democracia liberal e o republicano, sai em defesa de uma terceira possibilidade, a democracia deliberativa, que seria uma revisão do republicanismo. Habermas observa que os processos políticos de cada um definirão as esferas públicas atuantes. Assim, na democracia liberal, a política serve para agregar e impor os interesses sociais privados. O êxito é medido em quantidade de votos obtidos em eleições. As preferências dos eleitores têm estruturas semelhantes às escolhas orientadas para o êxito. Seus instrumentos de persuasão são sempre barganhas, não são reivindicações, mas ofertas, condicionadas ao voto, de serviços, ou a negação destes. Seus instrumentos de persuasão não são reivindicações ou razões, mas dar algo em troca de apoio. Do ponto de vista liberal a razão com base no debate não está prevista. Seus métodos são outros: Seja formalmente incorporado num voto ou num contrato, ou simplesmente efetivado de modo informal em condutas sociais, um resultado estratégico não representa um juízo coletivo da razão, mas uma soma vetorial num campo de forças. (HABERMAS, 1995, p. 43)

relevância para toda a sociedade. É diferente das questões levantadas por sindicatos ou por partidos políticos, as quais costumam referir-se a interesses não exatamente coletivos.

Formas de comunicação: enquanto os demais atores sociais procuram, exclusivamente, ocupar espaços midiáticos, visibilidade e legitimidade para seus interesses particulares, a sociedade civil busca transformar a esfera pública em uma arena de argumentação discursiva e de convencimento.

Tratamento da Esfera Pública : A sociedade civil só dispõe da esfera pública para se movimentar, para expor suas idéias. Empenha-se, então, em sua revitalização constante por meio da crítica, buscando explorar as possibilidades comunicativas existentes e buscando ampliar suas fronteiras pela incorporação de novos grupos minoritários, ou marginais, assim como inventar novos meios comunicativos. Incluímos aqui os exemplos do uso "ilegal" da radiofonia no mundo todo, as chamadas rádio piratas; a imprensa nanica dos anos de ditadura na América Latina e, atualmente, o uso criativo dos recursos da Internet.

Traços identificadores : Enquanto os demais atores da sociedade estão vinculados a determinados campos funcionais, como partidos políticos, associações empresariais etc. a identidade dos atores da sociedade civil é construída *ad hoc*, no âmbito da ação coletiva.

3 Revitalização do modelo habermasiano de esfera pública

Uma geração inteira de pesquisadores trabalhou na descrição das plataformas por onde o diálogo se produz, no contexto de uma sociedade de massa, que se encontrava no epicentro dos projetos civilizatórios moderno e pós-moderno. Ambos foram marcados pela presença da mídia, em vários papéis, entre eles o de medidora de interesses e conflitos, o de tematizadora, o de espaço de visibilidade de eleitos e de excluídos, nas presenças e ausências. Nossa interrogação sobre a esfera pública está no momento seguinte, nesta fase de deslocamento que se assiste, da sociedade de massa para a sociedade da informação, neste momento em que atua um conjunto polissêmico de mudanças que se processam no rastro da convergência das tecnologias da informação e da comunicação. Um dos elementos amiúde citado como o mais importante a marcar esta transferência, é exatamente a comunicação, que ultrapassa não mais as fronteiras dos Estados-nações, mas as daquilo que temos entendido como o “real”, nossas referências culturais, o modo pelo qual estabelecemos nossa convivência com o outro, como vivenciamos as alteridades, entre tantas outras modificações. O que muda, então, para a esfera pública, nesse contexto renovado?

3.1 Plataformas Comunicativas Multimidiáticas Ciberespaciais (PCMC)

A observação analítica de alguns espaços de interlocução proporcionados pelas con-

vergências tecnológicas⁶ anuncia a possibilidade do surgimento de esferas públicas ciberespaciais. Elas constituem espaços de formação de opinião que se processam pela troca de argumentos mediados pela comunicação em rede, ou comunicação mediada por computador, como tende-se a denominar o fenômeno. Este papel, outrora desempenhado pela imprensa em seus gêneros literário e opinativo, passando, em uma perspectiva histórica, pelo aparato da indústria cultural, na linguagem frankfurteana, seguido pela mídia, tem agora mais uma plataforma de materialização: a Internet. Nela tanto os jornais aparecem como formas modificadas de estímulo à esfera pública, quanto fóruns totalmente novos cumprem este papel, permitindo que usuários do mundo todo possam expressar suas opiniões. Aparecem, na rede, como plataformas multimidiáticas, nas quais surgem possibilidades de debates públicos, podendo evoluir para a formação de esferas públicas no ciberespaço.

3.2 Morfologia das PCMC

A expressão é compreendida neste texto como o conjunto de características de certas formas de comunicação existentes no ciberespaço, subdivididas em habilidades e formatos. A soma de ambos irá constituir plataformas por onde pessoas entabulam debates, conformando processos de esferas públicas no ciberespaço.

⁶ A convergência tecnológica decorre do fato de se poder representar e processar qualquer tipo de informação na forma digital. Pela digitalização, a computação (informática e suas aplicações), as comunicações (transmissões e recepções de dados, voz, imagem etc) e os conteúdos (livros, filmes, pinturas, fotografias, música etc) aproximam-se vertiginosamente. (Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000,p.3)

3.2.1 Habilidades

As habilidades funcionam como uma sorte de "traços sensoriais" dos espaços de convivência da Internet, produzidos pela evolução de softwares. São elas a sincronia e seu oposto, a assincronia; a interatividade, a conectividade, o dinamismo, a velocidade e a hipertextualidade.

Sincronia/Assincronia: Um traço importante das plataformas formadoras de esferas públicas é a capacidade de sincronia ou assincronia que cada formato pode assumir, constituindo-se na primeira habilidade a ser apontada. A sincronia, como a palavra indica, permite que o usuário entre em contato com seu ou seus interlocutores em tempo real, no momento mesmo em que a comunicação é entabulada. A assincronia permite que a comunicação ocorra sem que os interlocutores estejam conectados à Internet no mesmo momento. Esta característica pode ser encontrada em um ou em outro formato e, até mesmo, sobrepor-se.

Interatividade: A interatividade tem sido sistematicamente reconhecida como uma das características essenciais dos modos de comunicação pela Internet. Ela permite a relação entre as pessoas e o entorno digital definido pela tecnologia que os conecta. É na extensão desta interatividade que se formam as redes e nestas se produzem novas formas de concentração de pessoas, as quais não coincidem necessariamente com os centros físicos de população. Pela interatividade é possível dialogar, debater questões, trocar informações, conhecer o interlocutor ou interlocutores superando obstáculos como a distância física ou a barreira dos sistemas fechados onde os jornais convencionais podem ser incluídos.

Conectividade: Para Kerckhove (KERKHOVE, 1999) a conectividade distancia-se sutilmente da interatividade por ser a tendência de juntar entidades separadas e sem conexão prévia mediante um vínculo ou uma relação. Ela permite o incremento nas interações humanas (pessoais, sociais e institucionais) através de redes integradas, mediadas por hardware e software. Sem ela não seria possível a existência de esferas públicas ciberespaciais, pois é esta característica que admite a entrada de entidades na rede, transformando-as em conteúdos passíveis de ser compartilhados.

A conectividade e a interatividade decorrem, em nosso entendimento, do caráter aberto e distributivo dos sistemas criados na Internet. Esta é uma característica importante para a compreensão desses recursos de comunicação porque embute a idéia de solidariedade, uma das formas de procedimento dos pioneiros no desenvolvimento das tecnologias responsáveis pelo que a Internet se tornou hoje – uma rede mundial de computadores interligados em vários sentidos, onde tudo se comunica. Opõe-se aos sistemas fechados das grandes empresas de informática do passado, onde os computadores só podiam comunicar-se com uma rede privativa. Franco explica:

Um sistema distribuído indica a arquitetura da rede de computadores com base na capacidade de interligação dos vários computadores, onde cada um pode realizar uma tarefa, representando uma grande interatividade nas múltiplas operações possíveis. No lugar dos *mainframes* (computadores com arquitetura centralizada que predominavam no passado) surge o cliente-servidor, significando que

as máquinas participantes de uma rede podem fazer solicitações de processamento em uma outra (cliente) ou realizar um processamento para outra (servidor). [...] Neste tipo de arquitetura também é muito importante o fato de que ela pode interligar computadores diferentes, ou seja, é um meio heterogêneo. (FRANCO, 1997, p. 88, 89)

Esta característica é apontada, por Catarina Moura, como consequência da filosofia *peer-to-peer*, significando a partilha de recursos e serviços através da troca direta entre sistemas. O encontro desta filosofia com a do *open source*, nascida de software que algumas pessoas criam e disponibilizam gratuitamente na rede, permite o surgimento de sistemas colaborativos na rede. É o caso do sistema operativo Linux, que vem conquistando adeptos entre os navegadores do ciberespaço. (MOURA, 2002)

Dinamismo: Trata-se da capacidade que cada unidade de rede têm de alargar-se e reduzir-se o tempo todo; de acatar novos participantes e de suprimi-los; de construir-se e desconstruir-se incessantemente. Por isso é impossível quantificar as possibilidades de comunicação existentes na Internet. No lugar de uma quantificação temos, então, outro traço identificativo que é seu dinamismo. Quer dizer que a cada momento surgem novos endereços, novas combinações de ferramentas, novas salas de bate-papo, novos jornais, em constante movimento. Esta característica refere-se também ao número de participantes de cada formato de plataforma, que tanto pode ser restrito (como no formato dos Talk, pelo qual, costumeiramente, duplas se comunicam) quanto super habitado, pois os formatos oferecem esta elasticidade.

Velocidade: Sendo matéria bastante estudada, não requer maior explicação. Porém, é importante referir-se a ela pois é uma das principais distinções entre este modo de comunicação mediado e os convencionais, incluindo a comunicação postal. No caso dos jornais a maior velocidade de acesso às edições online pode ser observada pela distribuição. Enquanto o sistema impresso exige o transporte físico do produto, requerendo, para localidades mais distantes, o uso de meios de transporte físico, aéreo ou outro, o sistema online oferece acesso imediato aos leitores, após o processo de produção e edição. Ainda que possa diferir entre um e outro sistemas, o processo de produção sempre haverá, podendo equivaler-se em termos de velocidade. A distribuição é o maior diferencial neste caso. A redução de tempo no sistema postal também é marcante, como pode ser verificado nas correspondências por e-mail, gerando, como já nos referimos, a sincronia na comunicação, como já existia na telefonia.

Hipertextualidade: A capacidade hipertextual tem sido descrita como a possibilidade de conexão de conteúdos que a grande rede propicia. Trata-se de um texto que não forma uma seqüência única e pode ser lido em vários sentidos, de modo que o leitor pode interromper a leitura em determinado ponto para consultar outros sites relacionados aquele tema. (ERCILIA, 2000) Adicione-se a possibilidade de registro de distintas linguagens ou textos.⁷

⁷ Texto aqui é compreendido como as inúmeras formas de expressão textual, do modo com que nos explica Bakhtin: é impossível se comunicar verbalmente a não ser por um texto. A maior parte pode servir-se de textos escritos, imagens e sons ou, como cita Franco, (FRANCO, 1997, p. 92) admite signos

3.3 Formatos

Denominamos formato o recurso tecnológico, ou o conjunto de instrumentos com os quais os distintos grupos podem contar para concretizar modos de comunicação no ciberespaço, os quais são portadores das habilidades recém referidas. Tratamos, obviamente, daqueles que propiciam formas de interlocução favorecedoras da argumentação pública. São eles o correio eletrônico e suas derivações; os grupos ou listas de discussão, que se subdividem em abertos e fechados; as conversações em suas versões síncrona e assíncrona. Paralelo a estes formatos incluímos, como categoria especial, o jornalismo, em seu modo de materialização online ou ciberespacial. Entre um e outro encontramos formatos intermediários, que apresentam menor versatilidade, mas que igualmente proporcionam troca pública de idéias. Aqui estão agrupados murais, guestbooks e vídeo-conferências interativas. A partir destas considerações, bem como da análise qualitativa de espaços informativos divulgados pela Internet, detectamos alguns modelos recorrentes, que podem ser classificados em três grandes grupos de jornalismo praticado na Rede Mundial de Computadores⁸: Jornalismo Assistido por Computador; Jornalismo Colaborativo e Jornalismo Segmentado. O esquema a seguir demonstra as subdivisões classificatórias

binários, musicais, alfabéticos, icônicos, sonoros e imagéticos, entre outros, para alcançar um modo de comunicação mais completo.

⁸ Advertimos que a classificação proposta é de natureza qualitativa, tendo sido criada a partir do congelamento fictício deste momento da Internet, cujo dinamismo não permite mais do que a indicação de tendências.

que propomos:

1. Jornal Assistido por Computador (JAC)
2. Jornal Colaborativo
 - 2.1 Multimidiáticos
 - 2.2 Referenciais
3. Jornal Segmentado
 - 3.1 Crítica de mídia / *mídia-watching*
 - 3.2 Organizacionais / *House organ*
4. Outros formatos
 - 4.1 Temáticos
 - 4.2 Científicos
 - 4.3 Pessoais
 - 4.4 E-newsletter

Reservamos a denominação Jornal Assistido por Computador às edições online de jornais já estabelecidos em plataformas impressas, com todas as variantes que a tecnologia pode oferecer. Seus conteúdos são de natureza generalista, cuja eleição obedece ao modo convencional de agendamento. Os jornais Colaborativos, referem-se às publicações pela Internet que apresentam alto grau de interatividade, de modo que os conteúdos são construídos em parceria entre editores (ou moderadores) e os interessados. Percebemos níveis distintos de colaboração entre editores, fontes e público, podendo variar de acordo com cada publicação. Diferente dos jornais impressos, onde o leitor tem direito a expressar-se na seção de cartas, ou participa do processo de agendamento por mecanismos tais como as medições de opinião pública, aqui a interatividade é a razão de ser do espaço. Sites ou páginas da natureza a qual nos referimos só têm sentido com a intervenção direta do usuário. Caso contrário poderá ser identificado como mais um feixe de dados e informações a disposição na Internet. Nesta fronteira estão os *Wikies*, sistemas de

páginas web usados para projetos colaborativos, que tanto podem ser jornalísticos quanto ter outro interesse qualquer.

Encontramos basicamente dois formatos de jornal colaborativo, os quais denominamos multimidiáticos e referenciais. Os primeiros estampam os conteúdos em suas próprias páginas, utilizando linguagens escritas, televisivas ou radiofônicas. Os outros remetem o leitor aos *sites* de origem da notícia, sendo que, na maioria dos casos, trata-se de convites à participação em alguma ação (engajar-se em uma campanha, integrar um abaixo-assinado, inscrever-se em evento etc.). Ambos são colaborativos porque, ainda que em graus distintos, emissor e receptor mudam radicalmente de status, passando a construir o texto em conjunto. Os jornais colaborativos referenciais são periódicos que apresentam regularidade em suas edições, incluem notícias, manifestos, convocatórias e abaixo-assinados de Movimentos Sociais Organizados. Configuram-se como um fórum por onde esses temas, de pouca repercussão nos jornais convencionais, são expostos.

Outro modelo recorrente de jornal na Internet é o que classificamos como Jornal Segmentado, isto é, que dirige seus conteúdos a grupos de interesse específico. Tais interesses podem ser temáticos, científicos ou assumir aparência de *house-organs*, aquelas publicações organizacionais, provenientes de instituições, dirigidas a seu público alvo. A relativa facilidade de distribuição favoreceu o surgimento desses jornais na rede. Separamos neste estudo os jornais segmentados que praticam crítica de mídia, os *house-organs*, os temáticos e os científicos. Os *house-organs* ou jornais organizacionais assim são identificados porque pertencem a

uma instituição e objetivam ser um elo de ligação com os públicos com os quais esta se relaciona. Nesta rubrica também podem inserir-se jornais oficiais de órgãos públicos, como os ligados a Prefeituras Municipais. Estes sites costumam oferecer serviços aos habitantes daquela região, integrando, na maioria dos casos, o rol de iniciativas dos chamados *e-governments*. Não confundir com a presença dos municípios na Internet, pois esta participação pode, ou não, incluir Plataformas Comunicativas Multimidiáticas Ciberespaciais (PCMC). Temáticos são os jornais segmentados cujo elo entre seus leitores é o assunto. Os jornais científicos aqui considerados não são exatamente as versões eletrônicas de revistas científicas, que publicam artigos e pesquisas. Têm o formato jornalístico porque se servem de linguagem acessível a leigos interessados em temas ligados à ciência. Inovam por fazer uso de habilidades próprias aos fóruns de debate público para difundir temas ligados à ciência. Por esta razão estão alinhados na rubrica jornal segmentado, pois se dirigem a um público específico, o interessado naquele ramo da ciência .

Na fronteira entre jornais e agrupamento de informações variadas está a experiência que vem sendo chamada de Jornais Pessoais. Denominadas em inglês *self-journalism*, como o nome indica, nem sempre são espaços noticiosos, mas costumam ser providenciados por pessoas privadas, podendo assumir o formato de um *weblog*. Estão mais para registros publicados na Internet do que para jornalismo. As E-newsletters também são textos informativos online, que circulam, em geral, por ocasião de eventos, desaparecendo assim que estes se realizam. Assumem, também, o aspecto de manifesto de de-

terminados grupos, quase sempre de ativistas políticos que vivem na clandestinidade.

3.4 Acessos

Os formatos de plataformas de debate ciberespaciais até aqui repertoriados podem ser acessados de inúmeras formas, em geral apresentando-se superpostos, como a maior parte dos fenômenos ligados à realidade virtual. A sobreposição de formatos dificulta uma tentativa de sistematização rígida, de modo a sempre podermos nos deparar com plataformas caleidoscópicas, mutantes, pertencendo tanto à esfera da comunicação interpessoal quanto à social. Será esta última categoria que poderá classificar este ou aquele espaço como jornalismo. Assim, um portal pode conter um espaço de correio eletrônico, abrigar um jornal online, listas e grupos de discussão, murais etc., porque trata-se de um espaço que pretende uma experiência completa para o usuário, oferecendo vários tipos de conteúdos e comunicações de interesse. Se pudéssemos estabelecer uma hierarquia desses acessos aos fóruns de debate, esta estaria sujeita à capacidade de cada endereço abrigar ou disponibilizar serviços, o que se prenderá aos propósitos idealizados e ao design providenciado, pois é nele que estarão inseridos os recursos que se transformam em serventias.

Ao permitir aos usuários conectarem-se instantaneamente entre si, produzir seus conteúdos, acessar outros tantos como melhor lhes aprouver, distribuir rápida e gratuitamente informações de todos para todos os quadrantes, no modo ciberespacial de comunicação não é mais admissível falar de efeitos dos meios sobre as pessoas, mas de influências recíprocas, de incessante criação.

As habilidades conferidas às plataformas pelos softwares eleitos para conformar-lhes um determinado design potencializam a autonomia dos públicos porque desmantelam o poder do sistema de comunicação montado para os mass media. Ao fazê-lo, nos autoriza a imaginar que uma esfera pública autônoma tenha grandes chances de existir no modo de comunicação ciberespacial.

O fato das PCMCs permitirem tantas mudanças no processo comunicativo, vai liberar a sociedade civil de seu atrelamento a um modelo de comunicação viciado em procedimentos estratégicos. Os atores do processo comunicativo modelado pelo liberalismo - movido por interesses mercadológicos, independente da posição que ocupem, são liberados de muitas condicionantes que lhes imputa esse sistema. A relação de mútua influência entre mídia e públicos, na situação massiva identificada pela mútua tensão, e resolvida em campo de batalha, tende ao armistício no modelo de comunicação emergente no ciberespaço.

4 Conclusão

Partimos do pressuposto de que existe um modelo de esfera pública pelo qual ela se torna um processo de busca do entendimento a respeito dos temas que povoam o mundo, por meio de uma comunicação que será moldada por princípios éticos, de respeito ao outro, ao que é individual e ao que é coletivo, ao que é singular e ao que é plural. Os princípios que a regem, para que não permaneça um ideal, devem igualmente moldar o procedimento do Estado, ou em uma perspectiva ainda mais ampla, do universo no qual a sociedade civil se locomove. Será o Estado-nação, serão as cidades ou mesmo es-

ses espaços difíceis de cercar, desterritorializados, cujos habitantes, dependendo do ângulo que se observe, dão nascimento a uma sociedade civil mundializada. Este modelo corresponderia a uma esfera pública teórico-discursiva, ou crítica, a qual espera-se alcançar. À procura deste ideal está o modelo possível de ser praticado dentro das estruturas democráticas disponíveis. Ele foi denominado estruturalista, por Sérgio Costa; estratégico por Habermas.

Ainda que não discutamos os mecanismos que se responsabilizarão pelo processo intrínseco de formação das opiniões; que não entremos no mérito do fenômeno explicativo da construção de sentidos que os sujeitos elaboram a partir da fala, do debate, do contato com o outro, e ainda que apenas tangenciemos a sua serventia para o processo democrático, buscamos observar a sua fisionomia dentro de um sistema renovado de intermediação que nos é dado pela comunicação em rede, pelas plataformas comunicativas que podemos encontrar na Internet.

Pelo modo de comunicação ciberespacial os atores da sociedade civil desfrutam de maior equidade no processo informativo, o que aumenta a possibilidade de construir opiniões públicas com maior liberdade. Assim sendo, o modelo de esfera pública imaginado por Habermas tem chances de reabilitar-se. É pela apropriação das Plataformas Comunicativas Multimidiáticas Ciberespaciais que a sociedade civil vai encontrando brechas para desenvolver uma filosofia de uso aberta e colaborativa (*open source*) e anulando os fatores de desequilíbrio que caracterizam os meios de comunicação de massa, estes moldados por um sistema privado, comercial. O que transparece é um processo de amadurecimento de uma

esfera pública autônoma, mas que existe de modo latente. Condicionada a um modelo de democracia liberal, excludente, serve-se de expedientes estratégicos para construir as condições que lhe permitirão, quiçá, poder abandoná-los definitivamente.

Entendemos que não basta termos um arsenal tecnológico para mudar o rumo da comunicação. Será preciso admitir o funcionamento de outro sistema de comunicação para encontrar pertinência na revitalização da utopia de Habermas a respeito de uma esfera pública autônoma. Em nosso ponto de vista um novo sistema pode estar sendo anunciado, basicamente, por dois fenômenos ligados ao modo de comunicação ciberespacial: o surgimento de PCMC e as mutações no jornalismo, em sua condição de processo social, ambos provocados por uma complexa teia de eventos no terreno das tecnologias e dos fenômenos sociais, um interferindo sobre o outro. Não está condicionado, até o momento, a políticas explicitamente formuladas, mas a uma prática colaborativa que vem sendo empreendida a despeito dos propósitos oficiais.

Abstraindo-se a aplicabilidade desses pressupostos teóricos para a política geral do Estado e limitando-os à esfera da comunicação social, podemos entender que os sistemas de comunicação adotados podem estimular uma serventia dialógica para os meios, ou mantê-la estratégica, atrelada ao poder administrativo como tem sido no caso dos meios de comunicação de massa. Esses sistemas se moldam na conjunção das normas instituídas pelos Estados-nação com as apropriações feitas, pelos atores sociais, das tecnologias da informação e da comunicação, tudo isso envolto nas malhas dos interesses das mega-corporações mundiais.

Encontramo-nos, portanto, diante de uma das questões cruciais desta passagem de uma sociedade de massa para uma sociedade da informação. A perspectiva de uma transição calcada na mutação de paradigmas, nos moldes desenhados por Habermas, não deu sinais de promessa pela via do direito. As políticas públicas para o segmento tendem a favorecer um modelo excludente e estimular uma esfera pública estratégica, estruturalista. O modelo discursivo, autônomo, crítico, tem aparecido pelo modo como a sociedade civil tem-se apropriado das PCMC e como estas práticas têm influído no processo jornalístico, cuja melhor expressão é a invenção do jornalismo colaborativo.

O processo de comunicação moldado pelas Plataformas Comunicativas Multimidiáticas Ciberespaciais inaugura uma forma de sociabilidade discursiva a qual, somada a um também inédito processo jornalístico, favorece a construção de opiniões públicas sem constrangimentos. É por essa via que uma esfera pública autônoma pode aparecer. Uma tal fisionomia enquadra-se no modelo teórico-discursivo entrevisto por Jürgen Habermas, em um rápido período da história da sociedade, então estimulado pela conjunção do nascimento de uma burguesia e a inauguração de um Estado-nação capitalista, no qual a imprensa aparecia como instituição mediadora por excelência, no exato equilíbrio de sua função informativa. Esta chance de formar opinião por meio de oportunidades de diálogos equitativos foi perdida pela sociedade civil, ou por uma parcela específica desta sociedade civil, a burguesia europeia dos séculos 18 e 19. Ela se perde na multidão, troca o diálogo pela estratégia e sobrevive dos votos que lhe sobram depois de satisfeitos os interesses de uma classe po-

lítica liberal e de grupos econômicos mundialmente organizados.

5 Referências Bibliográficas

- BRITTES, Juçara. *Internet, Jornalismo e Esfera Pública*: Estudo sobre o processo informativo do ciberespaço na formação da opinião. São Paulo: 2003. 189 p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) Escola de Comunicação e Artes, USP- 2003.
- COSTA, Sérgio. A democracia e a dinâmica da esfera pública. *Revista Lua Nova*. N° 36. São Paulo: 1995. p. 55-65.
- ERCILIA, Maria. *A Internet*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- FRANCO, Marcelo Araújo. *Ensaio sobre as tecnologias digitais da inteligência*. Capinas: Papyrus, 1997.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la Acción Comunicativa*. Tomo I. *Racionalidad de la acción y racionalización social*. Madrid: Taurus, 1988.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la Acción Comunicativa*. Complementos y Estudios Previos. Madrid: Ed. Cátedra, 1989.
- HABERMAS, Jürgen. Espaço Público 30 anos depois. *Caderno de Filosofia e Ciências Humanas*, Centro Universitário Newton de Paiva, ano VIII, N. 112, abril 1999, p 6-28.

HABERMAS, Jürgen. *Racionalidade e comunicação*. (Traduzido do original *On the Pragmatics of Communication*). Lisboa: Edições 70, 2002.

HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. *Revista Lua Nova*. N° 36. São Paulo: 1995. p. 39-53.

KERKHOVE, Derrik. *Inteligencias en Conexión: Hacia una sociedad de la web*. Barcelona: Gedisa Ed., 1999.

JOVHELOVITCH, Sandra. *Representações sociais e Esfera Pública: A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. *Sociedade da Informação no Brasil*. Livro Verde. Brasília: 2000.

MOURA, Catarina. *O jornalismo na era do slashdot*. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt/pag/moura-catarina-jornalismo-slashdot.pdf>. Acesso em: 8/11/2002.

THOMPSON, John. *A mídia e a modernidade: Uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2001.